

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuariários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entram em vigor a partir da data de sua publicação.

A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Reformulação societária

Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., por meio de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO MAPFRE, por meio de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do Acordo de Reestruturação da Parceria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante		918.293	913.825
Disponível		2.107	574
Caixa e bancos	5	2.107	574
Equivalentes de caixa	5	4.007	1.481
Aplicações	6	743.004	731.870
Créditos das operações com seguros e resseguros		119.348	114.637
Prêmios a receber	7	83.229	88.009
Operações com seguradoras	8a	30.964	15.729
Operações com resseguradoras	9a	5.155	10.899
Outros créditos operacionais	3.299	5.414	
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	2.120	6.394
Títulos e créditos a receber		32.014	37.360
Títulos e créditos a receber		878	5.648
Créditos tributários e previdenciários	24b	28.795	29.144
Outros créditos		2.341	2.567
Outros valores e bens		—	87
Outros valores		—	87
Despesas antecipadas		4.804	5.246
Custos de aquisição diferidos	10	7.590	10.762
Seguros		7.590	10.762
Ativo não circulante		354.326	342.338
Realizável a longo prazo		318.901	300.954
Aplicações	6	118.291	89.921
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	2.402	60
Títulos e créditos a receber		197.349	209.845
Créditos tributários e previdenciários	24a	183.429	195.755
Depósitos judiciais e fiscais	21b	13.920	14.090
Custos de aquisição diferidos	10	859	1.128
Seguros		859	1.128
Investimentos		3.789	3.887
Participações societárias		240	245
Imóveis destinados à renda		3.554	3.632
Outros investimentos		—	10
Imobilizado	11	385	2.178
Bens móveis		316	1.341
Outras imobilizações		69	837
Intangível	12	31.246	35.319
Outros intangíveis		31.246	35.319
Total de ativo		1.272.619	1.256.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Nova Parceria apresenta-se por meio da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e das Seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil exclusivamente com relação aos ramos de atividade de seguros de vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e o *run-off* do seguro de grandes riscos (comercializados até a data da reformulação da parceria pela Aliança do Brasil Seguros S.A.).

Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Vida S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha.

Prêmios emitidos

No exercício, a Seguradora apresentou R\$ 862,9 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 13,5% sobre o exercício do ano anterior, suportado, principalmente, pelo maior desempenho do produto de vida em grupo coletivo, que apresentou crescimento de 26,1% no exercício.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2018 foi de 94,6%, redução de 3,7 p.p. em relação ao exercício anterior devido à melhora dos índices de despesas de comercialização.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2018 foi de 89,9%, redução de 0,1 p.p. em relação ao exercício anterior.

	Nota	2018	2017
Passivo		552.994	544.020
Circulante		36.037	39.260
Contas a pagar		13	31.974
Obrigações a pagar		1.255	1.433
Impostos e encargos sociais a recolher		977	1.379
Encargos trabalhistas	14	1.831	2.924
Impostos e contribuições		14	1.831
Débitos de operações com seguros e resseguros		44.351	50.529
Prêmios a restituir		105	3.603
Operações com seguradoras	8b	19.500	8.191
Operações com resseguradoras	9b	6.603	5.543
Corretores de seguros e resseguros	15	15.650	29.304
Outros débitos operacionais		2.493	3.888
Depósitos de terceiros	16	19.178	12.548
Provisões técnicas - seguros	17	453.428	441.683
Danos		97.605	89.409
Pessoas		315.319	294.799
Vida individual		40.504	57.475
Passivo não circulante		281.496	267.107
Provisões técnicas - seguros	17	252.985	240.820
Danos		9.663	14.012
Pessoas		226.062	209.598
Vida individual		17.260	17.210
Outros débitos	21	28.511	26.287
Provisões judiciais		28.511	26.287
Patrimônio líquido	22	438.129	445.036
Capital social		415.166	439.766
Redução de capital (em aprovação)		—	(24.600)
Reservas de lucros		19.592	29.266
Ajustes de avaliação patrimonial		3.371	604

Total de passivo e patrimônio líquido

1.272.619 1.256.163

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

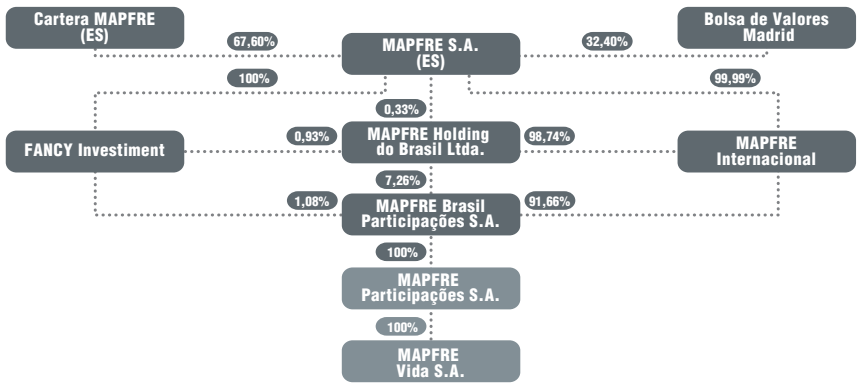
			Reservas de lucros				
	Capital	Redução de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	439.766	—	12.454	34.219	1.715	—	488.154
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	(1.111)	—	(1.111)
Redução de capital em aprovação - AGE de 15 de setembro de 2017 (nota explicativa nº 22a)	—	(24.600)	—	—	—	—	(24.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	—	—	—	(28.400)	—	—	(28.400)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	—	—	—	(5.819)	—	—	(5.819)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	34.993	34.993
Distribuição do resultado:							
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	—	—	—	—	—	(5.381)	(5.381)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	—	—	—	—	—	(8.400)	(8.400)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	—	—	—	—	—	(4.400)	(4.400)
Reserva legal	—	—	1.749	—	—	(1.749)	—
Reserva de investimentos	—	—	—	15.063	—	(15.063)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2017	439.766	(24.600)	14.203	15.063	604	—	445.036
Aprovação de redução de capital - SUSEP Portaria nº 703-1 em 02 de janeiro de 2018 (nota explicativa nº 22a)	(24.600)	24.600	—	—	—	—	—
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	2.767	—	2.767
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	47.496	47.496
Distribuição do resultado:							
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	—	—	—	(3.000)	—	—	(3.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	—	—	—	(7.900)	—	—	(7.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018	—	—	—	(4.163)	—	(6.437)	(10.600)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018	—	—	—	—	(5.180)	(5.180)	—
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	—	—	—	—	(10.900)	(10.900)	—
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018	—	—	—	—	(4.590)	(4.590)	—
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de setembro de 2018	—	—	—	—	(8.000)	(8.000)	—
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 12 de novembro de 2018	—	—	—	—	(7.000)	(7.000)	—
Reserva legal	—	—	2.375	—	—	(2.375)	—
Reserva de investimentos	—	—	—	3.014	—	(3.014)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2018	415.166	—	16.578	3.014	3.371	—	438.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por “Seguradora”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A. e MAPFRE Brasil Participações S.A.), as Intervenientes (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil Seguros S.A.), a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasilveículos Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) o Acordo de Reestruturação da Parceria. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Vida S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de novembro de 2018.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do período. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3k, 3m, 17 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 21 - Provisões judiciais; e • Nota 24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercício iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão nº 21, emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 16) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9), CPC 06 (R2) (IFRS 16) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 47,5 milhões, aumento de 35,7 % em relação ao exercício anterior. O lucro por ação foi de R\$ 1,24 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 0,91 no mesmo período do ano anterior.

Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 57,2 milhões na forma de dividendos, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 20 de fevereiro, 12 de março, 09 de abril, 07 de maio, 11 de junho, 20 de agosto, 10 de setembro e 12 de novembro de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	23b	862.923 (2.398)	760.320 (514)
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		—	3.342
(=) Prêmios ganhos	23a	860.255	759.806
(+) Receita com emissão de apólices		—	3.342
(-) Sinistros ocorridos	23c	(494.041)	(431.459)
(-) Custos de aquisição	23d	(162.111)	(140.900)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	23e	(31.073)	(73.285)
(-) Resultado com operações de resseguro	23f	(2.283)	(11.612)
(+) Receitas com resseguro		4.692	(7.217)
(-) Despesas com resseguro		(6.975)	(4.395)
(-) Despesas administrativas	23g	(95.148)	(77.476)
(-) Despesas com tributos	23h	(18.902)	(10.392)
(+/-) Resultado financeiro	23i	30.149	63.829
(+) Receitas financeiras		57.389	85.034
(-) Despesas financeiras		(27.240)	(21.205)
(+) Resultado operacional		6	502
(=) Resultado operacional		90.464	82.285
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(293)	(2)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		90.171	82.283
(-) Imposto de renda	24a	(21.936)	(16.416)
(-) Contribuição social	24a	(20.632)	(31.120)
(-) Participações sobre o resultado		(106)	246
(=) Lucro líquido do exercício		47.496	34.993
(/) Quantidade de ações		38.245.074	38.245.074
(=) Lucro líquido por ação		1,24	0,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	47.496	34.993 </

prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **ii. Obrigações com aparcionadoras:** A Seguradora é patrocinadora de um plano de liquidez complementar para cumprir as obrigações na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador dos Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Arrendamento: No início dos contratos de locação, o GRUPO MAPFRE realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do presente, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tem como principal objetivo acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo modelo de governança sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição: A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor do indenizamento resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. No obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	2018		2017	
	Bruto de resseguro (%)	Líquido de resseguro (%)	Bruto de resseguro (%)	Líquido de resseguro (%)
Nordeste	301.093	36%	301.093	3%
Sudeste	4.140	1%	4.140	1%
Sul	435.058	52%	428.546	52%
Total	88.566	11%	88.465	10%
	829.757	100%	823.144	100%

Região geográfica	2017		2016	
	Bruto de resseguro (%)	Líquido de resseguro (%)	Bruto de resseguro (%)	Líquido de resseguro (%)
Nordeste	188.015	26%	188.015	26%
Sudeste	3.811	1%	3.811	1%
Sul	448.078	61%	442.971	61%
Total	84.516	12%	84.064	12%
	724.420	100%	718.861	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 4.579 (R\$ 1.031) em 2017) e DPVAT no montante de R\$ 28.587 (R\$ 36.931 em 2017). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e da incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora podendo afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Impacto no resultado/ Patrimônio líquido (bruto de impostos)	
Fator de Risco	Sensibilidade
a. IBNR	Aumento Coeficiente de variação dos fatores de IBNR (5.314)
b. Sinistralidade	Aumento Elevação de 5% na sinistralidade (24.467)

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito, refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admiitda MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores

Rating	2018		2017	
	Local	Admitida	Local	Admitida
A	2.387	2.387	1.848	2.030
A+	1.356	2.339	3.695	—
A-	531	—	531	1.681
Total	1.887	2.387	2.339	6.133

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ativos financeiros - Rating	2018		2017	
	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	841.061	—	—	841.061
Debêntures	—	5.066	7.920	12.986
Letras financeiras	456	—	6.792	7.248
Total	841.517	5.066	7.920	61.292

Ativos financeiros - Rating	2017		2016	
	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	792.683	—	4.292	9.360
Debêntures	5.068	—	2.878	5.675
Letras financeiras	480	—	10.715	10.715
Outras aplicações	—	—	—	—
Total	798.231	—	13.593	9.967

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 308.232 (R\$ 212.935 em 2017) com lastro em títulos públicos. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política

específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. No obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

Disponível	2018		2017	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Equivalente de caixa	2.107	—	—	2.107
Aplicações (*)	4.007	—	—	4.007
Créditos das operações de seguros e resseguros	321.893	271.306	160.925	754.124
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	119.348	—	—	119.348
Outros créditos operacionais	2.885	1.200	437	4.522
Títulos e créditos a receber (**)	3.299	—	—	3.299
Despesas antecipadas	3.219	—	—	3.219
Despesas antecipadas	4.804	—	—	4.804
Custos de aquisição diferidos	7.530	859	—	8.389
Total do ativo	469.152	273.365	161.362	903.879
Provisões técnicas (*)/(***)	394.311	151.328	53.602	599.241
Contas a pagar	36.037	—	—	36.037
Depósitos das operações com seguros e resseguros	44.351	—	—	44.351
Depósitos de terceiros	19.178	—	—	19.178
Total do passivo	493.877	151.328	53.602	698.807

Disponível	2018		2017	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Equivalente de caixa	574	—	—	574
Aplicações (*)	246.567	399.635	72.100	718.302
Créditos das operações de seguros e resseguros	114.637	—	—	114.637
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.826	2.917	711	6.454
Outros créditos operacionais	5.414	—	—	5.414
Títulos e créditos a receber (**)	8.216	—	—	8.216
Outros valores e bens	87	—	—	87
Despesas antecipadas	5.246	—	—	5.246
Custos de aquisição diferidos	10.762	1.128	—	11.890
Total do ativo	395.810	403.680	72.811	872.301
Provisões técnicas (*)/(***)	261.081	259.810	58.191	579.082
Contas a pagar	39.260	—	—	39.260
Depósitos das operações com seguros e resseguros	50.529	—	—	50.529
Depósitos de terceiros	12.548	—	—	12.548
Total do passivo	363.418	259.810	58.191	681.419

(*) As aplicações financeiras foram avaliadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 107.171 (R\$ 103.489 em 2017) e R\$ 107.172 (R\$ 103.421 em 2017), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (**) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 13.920 (R\$ 14.090 em 2017) e R\$ 28.511 (R\$ 26.287 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 212.224 (R\$ 224.899 em 2017) também não foram classificados no quadro acima. (**) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos S.A. com base em cenários de stress, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2018		2017	
	VaR	Patrimônio	VaR	Patrimônio
Liquidez	574	574	574	574
Rentabilidade	1	52.075	1	52.075

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM (*Asset & Liability Management*) da Seguradora, que contempla as Carteiras Administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 4,23 anos (3,49 em 2017) frente a um patrimônio de R\$ 125.426 (R\$ 113.598 em 2017) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno.

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Hierarquia a valor justo		Vencimento		Ativos		Total	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo não realizada	2018
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	85%
Fundos de investimentos	308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	100%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	—	—	107.171	107.171	107.171	107.171	15%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	485	253.940	60.001	314.426	314.426	314.426	55%
Operações compromissadas (*)	1	308.232	—	—	308.232	308.232	308.232	30%
Outros	2	—	—	—	(88)	(88)	(88)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.264	17.366	100.924	—	131.554	125.427	131.554	14%
Carteira administrada	13.264	17.366	100.924	—	131.554	125.427	131.554	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	5.000	—	—	5.000	5.000	5.000	1%
Títulos da dívida agrária (TDA)	1	4.794	602	—	5.396	5.396	5.396	12%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	—	—	—	—	—	—	9%
Letras financeiras (LF)	2	3.470	3.778	—	7.248	7.248	7.248	8%
Debêntures	2	—	12.986	—	12.986	12.883	12.986	8%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	—	—	100.924	100.924	94.960	100.924	63%
Total	321.981	271.306	160.925	107.083	861.295	855.168	861.295	100%

*Operações compromissadas com lastro em títulos públicos. **b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *inputs* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis de mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *Market to Model* - do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&Fbovespa) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	Maior taxa		Menor taxa		Maior taxa		Menor taxa	
LFT	100% da SELIC		100% da SELIC		100% da SELIC		100% da SELIC	
TDA	12,75%		12,47%		12,85%		12,47%	
LF	111,8% do CDI		105% do CDI		111,60% do CDI		105,00% do CDI	
CDB	-		-		106,00% do CDI		106,00% do CDI	
Debêntures	111,50% do CDI		111,50% do CDI		111,50% do CDI		111,50% do CDI	
Debêntures	CDI + 1,4%a.a.		CDI + 1,15%a.a.		CDI + 1,4%a.a.		CDI + 1,4%a.a.	
NTN-F	10.67%		10.29%		10.56%		10.30%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

						2018	
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE		Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	48.471	430.655	14.135	181.563	2.405	5.274	682.503
Constituições	94.493	—	—	19.538	2.842	460	117.333
Diferimento pelo risco decorrido	(95.937)	—	—	—	—	—	(95.937)
Aviso de sinistros	—	939.184	—	—	—	—	939.184
Pagamento de sinistros	—	(447.078)	—	—	(2.317)	—	(449.395)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(496.621)	—	—	—	—	(496.621)
Atualização monetária e juros	—	14.559	—	—	—	—	14.559
Reversões	—	—	(5.213)	—	—	—	(5.213)
Saldo final	47.027	440.699	8.922	201.101	2.930	5.734	706.413
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE		Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	52.675	404.796	20.515	167.731	2.544	4.931	652.632
Constituições	91.731	—	—	13.832	2.522	907	108.988
Diferimento pelo risco decorrido	(95.935)	—	—	—	—	—	(95.935)
Aviso de sinistros	—	701.703	—	—	—	—	701.703
Pagamento de sinistros	—	(363.952)	—	—	(2.661)	—	(366.613)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(317.185)	—	—	—	—	(317.185)
Atualização monetária e juros	—	5.293	—	—	—	—	5.293
Reversões	—	—	(6.380)	—	—	—	(6.380)
Saldo final	48.471	430.655	14.135	181.563	2.405	5.274	682.503
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE		Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	61	5.798	97	557	2	6.454	10.714
Constituições	—	—	45	689	2	39	797
Diferimento pelo risco decorrido	—	(11.426)	—	—	—	—	(11.426)
Aviso de sinistros	—	8.697	—	—	—	—	8.697
Pagamento de sinistros	—	3.069	142	1.246	4	—	4.522
Ajuste de estimativa de sinistros	—	10.045	137	518	14	—	10.714
Atualização monetária e juros	—	—	—	39	—	—	39
Reversões	—	(21.938)	—	—	—	—	(21.938)
Saldo final	61	5.798	97	557	2	6.454	10.714
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE		Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	61	5.798	97	557	2	6.454	10.714
Constituições	—	—	—	—	—	—	—
Diferimento pelo risco decorrido	—	(11.426)	—	—	—	—	(11.426)
Aviso de sinistros	—	8.697	—	—	—	—	8.697
Pagamento de sinistros	—	3.069	142	1.246	4	—	4.522
Ajuste de estimativa de sinistros	—	10.045	137	518	14	—	10.714
Atualização monetária e juros	—	—	—	39	—	—	39
Reversões	—	(21.938)	—	—	—	—	(21.938)
Saldo final	61	5.798	97	557	2	6.454	10.714

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais líquido de resseguro no montante de R\$ 211.845 (R\$ 191.823 em 2017).

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro acerto, deduzido o cosseguro e resseguro cedido (não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT).

Bruto de resseguro		Ano do aviso do sinistro					
Montante estimado para os sinistros		Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso		3.163.811	380.724	340.501	391.193	391.802	466.718
Um ano após o aviso		3.197.022	377.222	334.737	387.709	394.273	394.273
Dois anos após o aviso		3.221.953	378.088	338.398	398.708	—	398.708
Três anos após o aviso		3.244.836	377.833	348.493	—	—	348.493
Quatro anos após o aviso		3.262.456	393.496	—	—	—	393.496
Cinco anos ou mais após o aviso		3.296.230	—	—	—	—	3.296.230
Estimativa de Sinistros		3.296.230	393.496	348.493	398.708	394.273	5.297.918
Incorridos em 31.12.2018		3.211.332	314.455	294.423	346.090	345.774	4.866.758
Pagamentos efetuados até 31.12.2018		—	—	—	—	—	—
Provisão de sinistros a liquidar		84.898	79.041	54.070	52.618	48.499	431.160
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2018 (*)		—	—	—	—	—	115.199
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)		—	—	—	—	—	546.359
Provisões DPVAT		—	—	—	—	—	107.172
Retrocessão		—	—	—	—	—	121
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)		—	—	—	—	—	653.652
Montante de sinistros pagos		Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso		2.627.310	247.670	240.056	286.837	288.478	354.106
Um ano após o aviso		3.019.776	298.264	282.559	336.574	345.774	345.774
Dois anos após o aviso		3.084.388	303.683	289.493	346.090	—	346.090
Três anos após o aviso		3.130.681	306.889	294.423	—	—	294.423
Quatro anos após o aviso		3.171.165	314.455	—	—	—	314.455
Cinco anos ou mais após o aviso		3.211.332	—	—	—	—	3.211.332
Pagamentos efetuados até 31.12.2018		3.211.332	314.455	294.423	346.090	345.774	4.866.758
Líquido de resseguro		—	—	—	—	—	—
Montante estimado para os sinistros		Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso		2.783.628	379.406	338.579	385.927	390.359	450.886
Um ano após o aviso		3.092.448	377.131	331.688	372.318	385.257	385.257
Dois anos após o aviso		3.141.053	376.892	333.583	376.098	—	376.098
Três anos após o aviso		3.189.711	375.472	337.067	—	—	337.067
Quatro anos após o aviso		3.211.247	380.778	—	—	—	380.778
Cinco anos ou mais após o aviso		3.238.925	—	—	—	—	3.238.925
Estimativa de Sinistros		3.238.925	380.778	337.067	376.098	385.257	5.169.011
Pagamentos efetuados até 31.12.2018		3.110.654	312.127	290.214	330.515	343.305	4.740.921
Provisão de sinistros a liquidar		128.271	68.651	46.853	45.583	41.952	428.090
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2018 (*)		—	—	—	—	—	113.808
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)		—	—	—	—	—	541.898
Provisões DPVAT		—	—	—	—	—	107.172
Retrocessão		—	—	—	—	—	121
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)		—	—	—	—	—	649.191
Montante de sinistros pagos		Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
No ano do aviso		2.557.009	247.670	240.056	286.837	288.478	354.106
Um ano após o aviso		2.936.150	298.264	279.672	322.578	343.305	343.305
Dois anos após o aviso		2.997.830	302.578	285.284	330.515	—	330.515
Três anos após o aviso		3.040.479	304.664	290.214	—	—	290.214
Quatro anos após o aviso		3.073.471	312.127	—	—	—	312.127
Cinco anos ou mais após o aviso		3.110.654	—	—	—	—	3.110.654
Pagamentos efetuados até 31.12.2018		3.110.654	312.127	290.214	330.515	343.305	4.740.921
(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.		—	—	—	—	—	—

19. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

		2018	2017
Provisões técnicas		706.413	682.503
Parcela correspondente a resseguros contratados		(4.461)	(6.454)
DPVAT		(107.172)	(102.421)
Total a ser coberto		594.780	573.628
Quotas e fundos de investimentos		621.967	603.041
Títulos de renda fixa - públicos		111.320	85.587
Títulos de renda fixa - privados		20.234	29.108
Bens oferecidos em cobertura		753.521	717.736
Ativos livres		158.741	145.108

20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

		2018	2017
Provisão de sinistros a liquidar		706.413	682.503
DPVAT		(107.172)	(102.421)
Total		594.780	573.628

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

		2018	2017
Provável	Quantidade	211.845	191.823
Total	Quantidade	5.401	5.046

b) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

		2018	2017
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas		6.814	8.790
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas		7.825	16.325
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída		30.078	6.024
Informar o montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas		4.836	4.923

21. PROVISÕES JUDICIAIS

Composição		Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
		2018	2017	2018	2017
Natureza				2.554	2.433
Fiscais				1.926	1.833
PIS/COFINS				628	600
INSS				223	235
Trabalhistas		2.855	1.712	742	662
Cíveis		25.656	24.575	2.446	2.231
Outros		—	—	5.965	5.561
Total		28.511	26.287	5.965	5.561

(*) Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 7.955 (R\$ 8.529 em 2017).

Provisões judiciais Fiscais - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data-base de 31 de dezembro de 2018. **PIS/COFINS** - A Seguradora discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I e IV - e são recolhidos pela Seguradora, a partir de 2009, prêmios de seguro. A probabilidade de perda é classificada como possível. A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a Seguradora entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros, o que discute judicialmente. Aguarda-se julgamento de apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens V e VI. Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos. **Provisões judiciais Trabalhistas e Cíveis** - **Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa intermediária), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. **Cíveis** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros e correção monetária.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Depósito		Valor do risco	
				2018	2017	2018	2017
(I)	COFINS Receita Prêmio	06/2009 a 01/2013 a	Possível	—	—	13.445	12.872
(II)	Lei 9.718/1998*	12/2014	Possível	—	—	8.703	8.292
(III)	COFINS Receita Financieira	12/2013 a 12/2014	Possível	—	—	2.185	2.092
(IV)	PIS Receita Prêmio	06/2009 a 12/2014	Possível	—	—	1.414	1.347
(V)	Lei 9.718/1998*	12/2014	Possível	—	—	16.893	11.747
(VI)	COFINS Receita Financieira	01/2015 a 12/2014	Possível	—	—	2.745	2.250
(*)	PIS Receita Financieira	12/2013 a 01/2015 a	Possível	—	—	45.385	38.600
(*)	Lei 9.718/2014	12/2018	Possível	—	—	45.385	38.600

Empresa incorporada Vida Seguradora S.A.

Nota (1) Multa de mora - Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS, aguarda julgamento de Apelação da União. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível.

Nota (2) Contribuição previdenciária - Discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Probabilidade de perda classificada como possível. CSLL - Discute a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% - Lei 13.169/2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda julgamento de Apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível.

b) Movimentação

		2018	2017
Saldo inicial		1.712	24.575
Constituições/reversões		1.942	2.436
Atualização monetária		168	3.371
Pagamentos		(967)	(4.726)
Saldo final		2.855	25.656

		2018	2017
Saldo inicial		1.903	13.284
Constituições/reversões		538	11.935
Atualização monetária		205	1.782
Baixas		(934)	(2.426)
Saldo final		1.712	24.575

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

		2018	2017
Fiscais	Quantidade	8	47.939
Possível		8	47.939
Trabalhistas		25	85.689
Provável		16	13.981
Possível		—	—
Remota		9	71.708
Cíveis		4.127	448.943
Provável		1.798	154.601
Possível		3	161
Remota		2.326	294.1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Vida S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
MAPFRE Vida S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. (“Seguradora”), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Vida S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 15P252419/O-0

Anexo I MAPFRE Vida S.A. (Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	2018
Total de provisões técnicas	706.413
Total de provisões técnicas auditadas(*)	599.241
Total de ativos de resseguro	4.522
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	3.993
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões técnicas auditadas (a)	599.241
Valores redutores auditados (b)	4.461
Total a ser coberto (a-b)	594.780
(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	186.385
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	186.385
4. Demonstrativo da solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	268.278
Exigência de Capital (CMR) (b)	186.385
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	81.893
Ativos garantidores (d)	753.521
Total a ser coberto (e)	594.780
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos garantidores (f = d - e)	158.741
Ativos Líquidos (g)	158.741
Capital de Risco (CR) (h)	186.385
Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	85%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0929	25
0969, 0984, 1391	1.413
0990	1.500
1381	1.595
0977, 0982	1.993
0980	2.392
0993	2.791

DIRETORIA		
LUIS GUTIÉRREZ MATEO Diretor Presidente	AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT	MAURICIO GALIAN RAPHAEL DE LUCA JÚNIOR
CONTADORA		ATUÁRIA
DANIELE GOMES YOSHIDA - CRC 15P 255783/O-1		VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

mapfre.com.br

UMA EMPRESA QUE OFERECE
SEGURO PRA TUDO?

AÍ EU VI MAPFRE.

A MAPFRE é a seguradora global que ajuda o cliente a entender qual é a melhor solução para cada necessidade. Ela tem um portfólio completo para você encontrar tudo o que precisa e ainda oferece facilidades como assistência presencial em todo o país e atendimento a colisões pequenas e médias diretamente pelo aplicativo.

Quer fazer um seguro que entende você?

Pede MAPFRE pro seu corretor.



MAPFRE
A seguradora global de confiança